



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202070000047	Distribuição: 10/01/2020
Número Único: 0000045-28.2020.8.25.0035	Competência: Itabaianinha
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: JOSE ELVIS DOS SANTOS
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: ITABAIANINHA - Estado: SE - CEP: 49290000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202070000047

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202070000047, referente ao protocolo nº 20200109181002557, do dia 09/01/2020, às 18h10min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DA ITABAIANINHA/SE.**

JOSE ELVIS DOS SANTOS, solteiro, desempregado, RG nº 3.470.325-0 SSP/SE, CPF nº 059.318.795-44, residente e domiciliado ao Povoado Pau Lavrado, nº 10, Zona rural, Itabaianinha/SE, CEP nº 49290-000, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente foi vítima de um acidente de trânsito quando trafegava na garupa da motocicleta Honda NXR BROS de placa QKY 5438/SE, que era conduzida por seu proprietário José Adilson Oliveira pela rodovia Beta Carvalho KM 08, quando o condutor ao atropelar um cachorro perdeu o controle da motocicleta, levando os ocupantes a caírem na pista de rolamento. Em virtude do acidente o Requerente sofreu fraturas e escoriações pelo corpo. O mesmo foi socorrido pela ambulância do hospital São Luiz Gonzaga, da cidade de Itabaianinha/SE, para onde foi conduzido, vindo a ser transferido posteriormente para o HUSE - Hospital de Urgências de Sergipe, na cidade de Aracaju/SE, relato obtido pelo B.O em anexo.

03. O fato do acidente é incontroverso, pois a Requerida reconheceu o acidente e procedeu o pagamento da indenização em virtude das sequelas deixadas pelo acidente, porém em valor inferior ao que deveria ter pago ao Requerente.

04. O Requerente, passou por diversos procedimentos médicos a fim de conseguir se recuperar dos problemas causados pelo acidente de trânsito sofrido como podemos verificar pelos relatórios e prontuários médicos aqui anexados.

05. Como pode ser visto no corpo probatório anexado a esta Exordial, o fato do acidente de trânsito está cabalmente provado, assim como as sequelas deixadas por ele, entretanto, a Requerida pagou a indenização em valor menor do que deveria, **mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico do especialista em Ortopedia e Traumatologia, Doutor Renato Teixeira - CRM - 1450, atestando que o acidente deixou no Requerente,** sequelas permanente como encurtamento no membro inferior esquerdo, bem como com deformidade angular, perda parcial da flexão do pé esquerdo, o que causou a perda parcial mais debilidade física deste membro,

danos permanentes que causaram a perda parcial funcional definitiva do membro inferior esquerdo.

06. Como pode ser visto nos prontuários médicos, em especial os Relatórios Médicos Especializados, o acidente causou no Requerente sequelas permanentes, porém, a Requerida pagou a indenização em valor a menor do que deveria ter pago.

07. Conforme se vê no resultado da consulta do sinistro acima mencionado, **a Requerida pagou a indenização no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), quando deveria ter pago o valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) referente a perda parcial permanente do membro inferior esquerdo.**

08. Assim, em virtude da indenização devida ao Requerente ter sido paga em valor inferior ao que de fato faz *jus*, não lhe restou outro meio que não fosse valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

II-I DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

09. O seguro DPVAT, que é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos que tiveram danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, e que para fazer a solicitação e pleitear o seguro, basta apenas comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
(Grifamos)

10. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelecem as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

(Grifos nossos)

11. Como podemos ver o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, apesar da Requerida ter reconhecido o acidente, não efetuou o pagamento da indenização no valor que o Autor faria *jus*, ou seja, pagando a menor.

12. Conforme pode ser comprovado junto às provas aqui colacionadas, nos laudos, nos relatórios, nas fichas médicas e nos exames, o acidente de trânsito, deixou o Requerente com sequelas funcionais

permanentes, devendo assim a Requerida, ser condenada a pagar a diferença da indenização paga a menor no valor de R\$7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente aos danos causados em seu membro inferior direito, o valor esta de acordo com a tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i> <i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>Percentual da Perda</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i>	25

<i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

II-II - O DANO MORAL

13. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, recebeu a indenização a menor do que deveria, mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico especializado, ou seja, estando o Requerente em conformidade com a lei específica do benefício e preenchido os requisitos para ter acesso a indenização em valor superior àquele pago.

14. Ademais, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o supracitado valor devido ao Requerente, além de prejudicá-lo, prejudicou também a sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico necessário para diminuir todas as sequelas decorrentes do acidente. Diante disso, o Código Civil de 2002, em especial nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."

15. O Requerente, em virtude de não ter recebido o valor exato da indenização que é prevista e garantida por lei, ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias não conseguiu receber a quantia que lhe era devida.

16. Além do que, o pagamento da indenização daria a Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

17. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão ao seu direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que o dinheiro da indenização fosse usado no seu tratamento médico, inclusive, esse é o entendimento mais recente do Tribunal de Justiça de Sergipe – TJSE para deferir o dano moral, conforme pode ser visto no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGUADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."

(Grifamos)

18. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

19. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo pedida em virtude do não pagamento do prêmio, mas pelas consequências do não pagamento do mesmo e/ou pagamento a menor da indenização, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

20. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar a Requerente a diferença da indenização paga a menor, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$7.087,50 (sete mil, oitenta reais e cinquenta centavos), referente aos danos causados em seu membro inferior esquerdo, respeitando

os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbência, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensando sua realização desde já.



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

O valor da causa é R\$17.087,50 (Dezessete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 09 de janeiro de 2020.

ELTON SOARES DIAS

OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: JOSE ELVIS DOS SANTOS, solteiro, desempregado, RG: 3.470.325-0 SSP/SE, CPF: 059.318.795-44, residente e domiciliado ao Povoado Pau Lavrado, nº 10, Zona rural, Itabaianinha/SE, 49290-000.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR** **AÇÃO** **CÍVEL** em face

Seguradora Widen, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 04 / Setembro 2019

Jose Elvis dos Santos
JOSE ELVIS DOS SANTOS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.470.325-0

DATA DE EXPEDIÇÃO 22/09/2008

NOME JOSE ELVIS DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOSE DOS SANTOS
MARIA LINDA DOS SANTOS

NATURALIDADE ESTANCIA-SE

DOC ORIGEM

CT. NASCIM. NR 7634 LV 219 FL 324

CPF CART. DIST. TOMAR DO GERAL GOV. BRITÂNIA/SP/SE

PIS / PASEP

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENADORIA GERAL DE PERÍCIAS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "DR. CARLOS MENEZES"

POLEGAR DIREITO

JOSE ELVIS DOS SANTOS

ASSINATURA DO DETENTOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

059.318.795-44

Nome

JOSE ELVIS DOS SANTOS

Nascimento

04/06/1991



DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da Lei, que sou pessoa pobre na forma da Lei 1.060/50, não tendo condições de pagar as custas de eventuais despesas do presente processo sem prejuízo de seu sustento próprio e de minha família.

Itabaianinha/SE, 24 de agosto de 2019



JOSE ELVIS DOS SANTOS – 059.318.795-44

CONTRATANTE



Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Rua Capitão Salomão, 314-Centro Estância/SE
CEP: 49200-000 CNPJ: 13.255.658/0001-96
www.sulgipe.com.br
0800-284-9909

FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

UC / DV

65923 / 1

JOSE DOS SANTOS

POV PAU LAVRADO, 10,
POV PAU LAVRADO - Itabaianinha/SE - 49.290-000

Medidor: 2785754 - M

Mês de Referência	Consumo kWh	Vencimento	Valor R\$
06/2019	66	09/07/2019	24,67

DADOS CADASTRAIS

Tarifa Convencional
CNPJ/CPF: 344.096.705-06
Grupo/Subgrupo: B - B1r Ligação Monofásico
Classe: RESIDENCIAL - BAIXA RENDA - NIS: 16388056958
TSEE criada pela lei nº 10.438 de 26/04/2002
Tensão de Fornecimento (V): 127
Limites adequados de Tensão (V): 117 a 133
LIMITES DAS TENSÕES DE FORNECIMENTO CONFORME
ANEXO I DO MÓDULO 8 DO PRODIST
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 065923

DADOS DE FATURAMENTO

Emissão: 25/06/2019
Mês/Ano Faturamento: 06/2019
Leitura atual: (25/06/2019) 13037
Leitura anterior: (24/05/2019) 12971
Próxima leitura: 23/07/2019
Consumo Medido (kWh): 66
Consumo Diário (kWh): 2,08
Dias de Consumo: 32
Ocorrência do Mês: Lido
Média kWh últimos 12 meses: 61

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

Mês/Ano	Consumo	Obs	Pagamento	Valor R\$
06/2019	66	Lido	Em aberto	24,67
05/2019	61	Lido	Em aberto	49,18
04/2019	89	Lido	04/06/19	
03/2019	82	Lido	03/04/19	
02/2019	79	Lido	03/04/19	
01/2019	102	Lido	25/03/19	
12/2018	73	Lido	04/02/19	
11/2018	80	Lido	21/01/19	
10/2018	77	Lido	12/11/18	
09/2018	90	Lido	12/11/18	
08/2018	77	Lido	10/09/18	
07/2018	67	Lido	10/09/18	
06/2018	79	Lido	10/07/18	

IDENTIFICAÇÃO

Nota Fiscal / Série
07.053.7304.007451 20.01.693.138/B
Local de Entrega: I

COMPOSIÇÃO DA FATURA - R\$

(Art. 31, resolução 168/2005 - ANEEL)
Energia: 29,02% 7,16
Distribuição: 21,95% 5,39
Transmissão: 4,70% 1,16
Encargos Setoriais: 4,22% 1,04
Tributos: 23,79% 5,87
Perdas: 0,08% 0,02
Outros: 16,34% 4,03
TOTAL: 24,67

ITENS FATURADOS

Descrição	Qtde.	Vi. Unit	Valor(R\$)
Consumo de energia	30	x 0,21339 =	6,40
CONSUMO	36	x 0,36582 =	13,16
ADIC. BAND. AMARELA	15	x 0,00400 =	0,06
PIS			0,18
COFINS			0,84

REAVISO DE FATURA VENCIDA

Informamos que de acordo com o
registro do pagamento do(s) débito(s)
relacionado(s) abaixo:

MÊS/ANO	VALOR
05/2019	R\$ 49,18

Itens Financeiros

JUROS E CORREÇÃO	0,70
MULTA P/ ATRASO PAGTO	1,03

VENCIMENTO DESTA FATURA
10/07/2019

Cobranças de terceiros

CIP- Prefeitura Municipal	2,30
---------------------------	------

O não pagamento dos débitos em aberto
no prazo de vencimento desta fatura
supõe esta unidade consumidora a
suspensão do fornecimento de energia
elétrica conforme art. 172 da resolução
normativa n. 414/2010 da Agência
Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

TOTAL A PAGAR R\$ 24,67

TRIBUTOS	Base de cálculo(R\$)	Alíquota(%)	Valor(R\$)
(Incluídos no total)			
ICMS	0,00	ISENTO	0,00
PIS/PASEP	20,58	0,39	0,18
COFINS	20,58	4,10	0,84

DADOS TÉCNICOS
Inst. transformadora... 1070216
Número do medidor... 2785754
Fator de multiplicação... 1,000
Tipo de ligação... Monofásico

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Indicador	Referência 01/01/19	Referência 01/01/19	Referência 01/01/19
METRIC	11,45	22,90	45,80
APUR DIO	0,00	0,00	0,00
METRIC	7,74	15,49	30,98
APUR FIC	0,00	0,00	0,00
METRIC	6,39		
APUR DMIC	0,00		

RESERVADO AO FISCO: AEEE A6D1 AA64 28C8 7D38 2DA4 2E89 6DB0

ResAeee0551/19_BanderasAgencia01/06/2019

MENSAGEM

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL
Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrazil

Benefício Taritário: 43,30

A conta normal de consumo seria R\$ 40,39, porém tem um desconto da Tarifa Social de R\$ 20,77, restando a ser pago R\$ 19,62, que com os demais valores acima discriminados totaliza R\$ 24,67



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE CARMÓPOLIS -AISP - CARMÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 067371/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 27/06/2019 09:58 Data/Hora Fim: 27/06/2019 10:18
Delegado de Polícia: Wanderson Bastos Silva Andrade

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Regional de Carmópolis -Aisp

Data/Hora do Fato: 11/12/2018 22:10

Local do Fato

Município: Itabaianinha (SE)

Logradouro: rodovia Beta Carvalho

Bairro: Caralbas

CEP: 49.740-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1095: Auto lesão - Acidente de trânsito	Veículo

Motivação

Outros (acidente de trânsito)

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE ADILSON DE OLIVEIRA (ENVOLVIDO)

Nome Civil: JOSE ELVIS DOS SANTOS (VÍTIMA , COMUNICANTE)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Envolvido(a)	Grupo	Subgrupo	Descrição	Vínculo
JOSE ADILSON DE OLIVEIRA	Veículo	Motocicleta/Motoneta	HONDA BROS, Placa QKY5438, Chassi 9C2KD0810GR447523, Núm. Motor KD08E1G447535, Renavam 01104584384	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

INFORMA O NOTICIANTE QUE NO DIA 11/12/2018, POR VOLTA DAS 22:10 HORAS, TRANSITAVA NA CARONA DA MOTOCICLETA HONDA NXR BROS, ANO 2016 DE PLACA QKY 5438/SE, ESTA SENDO CONDUZIDA PELO PROPRIETÁRIO O SR JOSÉ ADILSON OLIVEIRA, CNH 1540960457, NA RODOVIA BETA CARVALHO, KM 08, QUANDO O CONDUTOR ATROPELOU UM ANIMAL (CACHORRO), VINDO A PERDER O CONTROLE DO VEICULO, ONDE AMBOS CAÍRAM AO SOLO; QUE COM O ACIDENTE O NOTICIANTE SOFREU FRATURA E FERIMENTOS. SABE INFORMAR QUE FOI SOCORRIDO PELA AMBULÂNCIA DO HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA DESTA CIDADE DE ITABAIANINHA/SE, SENDO TRANSFERIDO POSTERIORMENTE PARA O HUSE NA CIDADE DE ARACAJU/SE.

Ronilson Leite
Escrivão de Polícia Judiciária



Delegado de Polícia Civil: Wanderson Bastos Silva Andrade
Impresso por: Ronilson Dos Santos Leite
Data de Impressão: 27/06/2019 10:18
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE CARMÓPOLIS -AISP - CARMÓPOLIS - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 067371/2019

ASSINATURAS

Ronilson Leite
Escritório de Polícia Judiciária

Ronilson Dos Santos Leite
Escritório de Polícia
Matrícula 1401010
Responsável pelo Atendimento

Jose Elias dos Santos

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Wanderson Bastos Silva Andrade
Impresso por: Ronilson Dos Santos Leite
Data de Impressão: 27/06/2019 10:18
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



1º ATENDIMENTO

SECRETARIA DE ESTADO DA

SAÚDE

FORMULÁRIO PARA REFERÊNCIA HOSPITALAR

UNIDADE DE ORIGEM: Itobarambe	
RESPONSÁVEL PELO CONTATO:	FUNÇÃO:
HOSPITAL DE DESTINO: MUSE	
PROFISSIONAL CONTACTADO:	FUNÇÃO:
DATA: 21/12/18	HORÁRIO:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: Alex Emano dos Santos		
DATA NASC.: 04/06/1993	SEXO (<input checked="" type="checkbox"/> MASC () FEM	ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO:		
ENDEREÇO:		
RESPONSÁVEL:		

DADOS CLÍNICOS/HIPÓTESES DIAGNÓSTICAS:

Paciente jovem quadro de miocardite após colisão da cintura e de
cabeça. Apresenta edema + dor em região anterior de tórax (+
brônco corizações pelo MIE.

EXAMES REALIZADOS (informar resultados ou anexar cópias)

TRATAMENTOS REALIZADOS (descrição sucinta, drogas e doses e/ ou anexar cópia da folha da evolução/ prescrita)

D. Difenidramina 50 mg amp IM
D. Difenidramina 50 mg amp IM

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: Avaliação ortopédica.

CONDIÇÃO DO TRANSLADO () AMBULÂNCIA COM ENFERMAGEM () AMBULÂNCIA COM MÉDICO

SOLICITANTE

Dr. Ana Isabel Teixeira
Médica
Ortopedia

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA E CARIMBO

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Jose' Elvis do Santos
DATA DA ENTRADA: 12/12/2018
DATA DA SAÍDA: 20/12/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente admitido unidade de acidente de trânsito apresentando escoriações e edema no M.E. O Dr. Jonathan, fratura exposta do osso de perna G. Realizado fixação externa, sem intercorrências. Evoluindo bem e sem alterações importantes. Aguardando alta hospitalar.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Fixação externa de fratura

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx de perna G.
ECG

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Antonio Tavares
Dr. Jose' Ferreira
Dr. Antonio Cabral

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 21 de fevereiro de 2019

Heitor P. B. L.
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1826789

DATA: 12/12/2018

HORA: 00:59

USUARIO: WSANTOS

CNS:

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOSE ELVIS DOS SANTOS
IDADE.....: 27 ANOS NASC: 04/06/1991
ENDEREÇO.....: POVOADO PAU LAVRADO
COMPLEMENTO....: 702006798036490 BAIRRO: ZONA RURAL
MUNICIPIO.....: ITABAIANINHA UF: SE CEP....: 49290-000
NOME PAI/MAE...: JOSE DOS SANTOS /MARIA LEMOS DOS SANTOS
RESPONSÁVEL....: JOSE GENIVALDO-IRMAO
PROCEDENCIA....: ITABAIANINHA TEL....: 79-99800.6
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS) 773
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM TRAUMA: NAO

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

Paciente vem à unidade encaminhado do hospital São Luiz Gonzaga
em decorrência de acidente motociclista.

Apresenta diversos ferimentos e edema em M.E.

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

Trauma M.E

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

*3) Solicito Rx de perna esquerda.**ORTOPEDIA*

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

HORA DA SAIDA: :
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] EVASAO [] DESISTENCIA

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

PRazo: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

Dr. Antônio A. Tavares
Cirurgia Plástica
CRM 4942



SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 20 / 12 / 2018.

08 ° DIH

NOME: José Elvis dos Santos 27anos - A 4.3

DIAGNÓSTICO (S): Fratura Exposta Tíbia E

EVOLUÇÃO MÉDICA:

	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º	Dieta Livre	
2º	Gelco Salinizado	5h
3º	Kefazol 1 g EV 8/8hs ou Keflin - 1 g EV 6/6hs	12h / 18h 24h 06h
4º	Gentamicina 240mg + SF 0,9% 200 ml EV 1x dia	20h
5º	Dipirona 2ml + 8 ml AD EV ou Paracetamol 40gts VO 6/6hs	12h / 18h 24h 06h
6º	Nauseudron 8mg EV 08/08hs SOS	
7º	Antak 50mg EV ou 150mg VO 12/12hs / Omeprazol 40mg EV ou VO às 6hs	06h
8º	Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV ou VO 8/8hs SOS	
9º	Profenid 100mg + 100ml SF 0,9% EV 12/12hs SOS	
10º	Captopril 25mg VO 8/8hs se PAS > 180 mmHg e PAD > 110 mmHg SOS	
11º	Glicose 25% 04amp. EV se Glicemia < ou = 80mg/dl SOS	
12º	Clexane 40mg SC 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 2 x dia	20h
13º	Dextro 6/6hs SUSP	
14º	Insulina Regular SC, após o dextro. 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
15º	Curativos Diários 1 x dia	(x) SF 0,9% + Gazes
16º	SSVV 6/6hs	
16º		
17º		
18º		
19º		

Dr. Antônio Francisco
Ortopedia / Traumatologia
CRM 880
Médico

Sexo:

Leito:

Nº do Prontuário: 181389

12	72	78
----	----	----

6 in. 550

* final von Export, bis Tiber e / Iber - Pstn
(Küste e Anden vor Typ III A)

[illegible]

João Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SC 2405 SBOF 10/06/04

16/12/17

14:00 TIBIA Esquema ANP en USD. Eudileo
Afeil, seifando Diefs. Eudileo
00 Fisilog: cur Presente (310). Eudileo
00 Estabilidad e Eudileo

Ent. Antonio M. Silva
CORREIA 158177
CKS. 1252206574003

HUSE		BOLETIM DE ANESTESIA		Fundação Hospitalar de Saúde	
PACIENTE:	<i>José Elias dos Santos.</i>			REGISTRO:	
UNIDADE:	MÉDICO:	<i>27 anos.</i>	LEITO:		
CIRURGIA PROGRAMADA	<i>Tratamento cirúrgico de lesões expostas de fíbula.</i>		CIRURGIA REALIZADA		DATA <i>12/12/18</i>
ANESTESILOGISTA	<i>Dr. Wiliam do Carmo</i>	TÉCNICA ANESTÉSICA	<i>Bloqueio</i>	MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA	<i>Sedum + Emergência</i>
CIRURGIÃO	<i>Dr. João Figueira</i>	AUXILIAR			
HORA DE INÍCIO	<i>19:00h</i>	HORA DE TÉRMINO	<i>16:30h</i>	ACESSO VENOSO	<i>Periférico</i>
		POSICÃO	<i>0 -> L -> R</i>		
AGENTES ANALGÉTICOS	<i>(1) 15 30 45</i>	<i>(2) 15 30 45</i>	<i>(3) 15 30 45</i>	<i>(4) 15 30 45</i>	
FLUIDOS	<i>FF FF FF FF FF</i>				
CEC OUTROS	<i>X</i>	<i>X</i>			
MONITORIZAÇÃO					
PA NÃO INVASIVA	<i>X</i>	PVC		CONDIÇÃO DE ALTA PARA ORPA	
PA INVASIVA	<i>X</i>	TEMPERATURA		<i>* Paciente e alertas</i>	
ELETROCARDIOGRAFIA	<i>X</i>	DIURESE			
OXIMETRIA	<i>X</i>	VENTILAÇÃO			
CAPNOGRAFIA	<i>X</i>	PAM			
DOSES					
NOME:					
1ª Dose as:			horas		
2ª Dose as:			horas		
3ª Dose as:			horas		
OBSERVAÇÕES					
<i>Paciente vítima de acidente automobilístico.</i>					
SEM INTERCORRENCIAS.					
FUNDADO DO PAZ					
UNIDADE					



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Controle de dados Orçamentários



Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: José Elvís dos Santos
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: tumor exposto na fíbula e fíbula
CIRURGIA REALIZADA: ressecção cirúrgica do tumor exposto na fíbula
CIRURGIÃO: Dr. José Alexandre de Jesus Torres
AUXILIARES:
ANESTESIA: Raquimedula ANESTESISTA: Dr. Luiz Carlos
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: o mesmo

() CIRURGIA LIMPA () CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA
(X) CIRURGIA CONTAMINADA () CIR. INFECTADA
INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? () SIM (X) NÃO
TOPOLOGIA DA INFECÇÃO:
() VIAS AÉREAS SUP. () PULMONAR () URINÁRIA () SNC () TGI
() CUTÂNEO () AP. CARDIO-VASCULAR () PLEURA () OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- 1) Anestesiado em decúbito dorsal horizontal.
- 2) Cirurgia com limpeza mecânica e irrigação abundante.
- 3) Ferida com soro fisiológico 0,9%.
- 4) Lavagem com álcool / antisséptico do sítio.
- 5) Colocação do tumor exposto na fíbula.
- 6) Ressecção da lesão e exposição na fíbula.
- 7) Plicatura na fíbula e fixação externa.
- 8) Lavar a fíbula na fíbula.
- 9) Sutura de pele da lesão.
- 10) Curativo e bandagem.
- 11) Pós-operatório em repouso de S.R.P.A.

DATA: 27/12/18

João Ferreira Alves
Cirurgião - Traumatologia
CRM-SE 2.451 SBOT 10.10.18

Assinatura do Cirurgião

Registro de Enfermagem no Trans-Operatório

NOME	Rose Alves dos Santos			PRONTUÁRIO	1813
RECEBIDO NA S.O. POR	Sousa Ferraz			DATA	12/12/18
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA	ACORDADO	SONOLENTO	AGITADO	COMATOSO	
CIRCULANTE	Módulo			PROCEDÊNCIA	Ver de dentro
ENTRADA S.O.	10:40h	INÍCIO DA ANESTESIA	15:00h	INÍCIO DA CIRURGIA	15:00
SAÍDA DA S.O.	10:40h	FIM DA ANESTESIA		FIM DA CIRURGIA	16:30
CIRURGIÃO	Sousa Ferraz			1º AUXILIAR	
ANESTESISTA	Sousa Ferraz			2º AUXILIAR	
INSTRUMENTADOR	Sousa Ferraz			LATERALIDADE	() DIREITA () ESQUERDA
CIRURGIA PROPOSTA	Exatidão MIE				
CIRURGIA REALIZADA	Exatidão MIE				

TÉCNICA ANESTÉSICA

GERAL VENOSA	GERAL INALATÓRIA	GERAL COMBINADA	GERAL BALANCEADA	RAQUIANESTESIA
PERIDURAL C/ CATETER	PERIDURAL S/ CATETER	SEDAÇÃO	BLOQUEIO DO PLEXO	LOCAL
TUBO ENDOTRAQUEAL () ORAL () NASAL	Nº:	TUBO ARAMADO	Nº:	MÁSCARA LARINGEA

ASSEPSIA

PVPI TÓPICO	PVPI ALCOÓLICO	PVPI DERGEMANTE	CLOREXID. ALCOÓLICA	CLOREXID. DERGEMANTE	CLOREXID. AQUOSA
-------------	----------------	-----------------	---------------------	----------------------	------------------

EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS UTILIZADOS

BOMBA DE INFUSÃO	DESFIBRILADOR	MONITOR CEREBRAL (BIS)	INTENSIFICADOR DE IMAGEM	MANTA TÉRMICA	MICROSCÓPIO
FIBROSCÓPIO	MONITOR CARDÍACO	PA (NÃO INVASIVA)	PA (INVASIVA)	OXÍMETRO	CAPNÓGRAFO
FOCO AUXILIAR	FONTE DE LUZ	VIDEOLAPAROSCÓPIO	BRONCOSCÓPIO	OUTROS	

COXINS DE CONFORTO UTILIZADOS

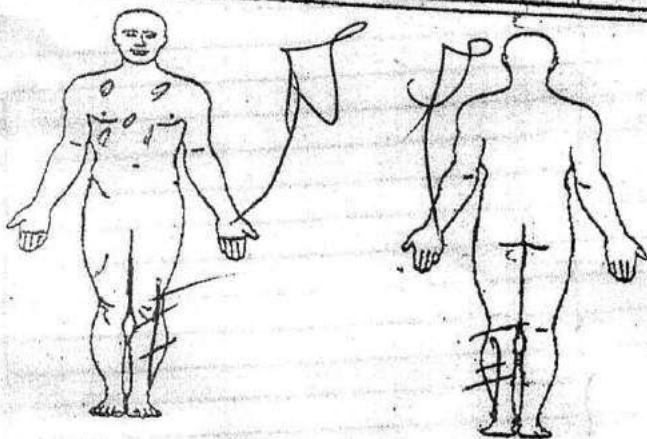
CABEÇA	MSD	MSE	MIE	MID
--------	-----	-----	-----	-----

BISTURI ELÉTRICO

BIPOLAR	MONOPOLAR
---------	-----------

PLACA BISTURI

LOCAL	ELETRODOS	INCISÃO CIRÚRGICA	AVP	D	E	AVC	D	E
GASOMETRIA: SIM () NÃO ()								



POSIÇÃO DO PACIENTE

DORSAL	VENTRAL	LAT. ESQ	LAT. DIR	CANIVETE	TRENDELEMBURG	LITOTOMIA
--------	---------	----------	----------	----------	---------------	-----------

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/01 E 02) ORIENTADO PELAS PROFESSORAS LUCIANA LÔBO E SÍLVIA SANDES

ELABORADO PELOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DO 7º PERÍODO DA FACULDADE ESTÁCIO/FASE (2014/ 01 E 02) ORIENT.
PELAS PROFESSORAS LUCIANA LOBO E SILVIA SANDES



RELATÓRIO MÉDICO

O (a) paciente

João Elvino da Silva

foi atendido (a), nesta unidade dia

12/12/11

tendo sido submetido () a tratamento cirúrgico () conservador)

de

do joelho esquerdo do fêmur

CID

S82.1

ARACAJU

20/12/11

[Signature]
Dr. Antônio Franco Cabral
Ortopedia / Traumatologia
CRM 880



RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro *B.O. Ocorrência Nº 067371/2019.*

Nome do paciente: *JOSE ERVIS DOS SANTOS*

Data de nascimento: *04/06/1991*

Data do início do tratamento / Acidente *12/12/2018*

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Proximidade vítima de Quic de moto, onde recebeu 1º atendimento de Suporte Básico no Hospital São Luiz Gonzaga em Itabananópolis. Depois Transferida no Serviço de Ambulância do Hospital, mas o Hospital de Urgência de Suporte onde foi atendido pelo Serviço de Ortopedia, foi Exame Radiológico, onde tem o diagnóstico de fratura Exposta da Tíbia Únise, onde foi feita fixação

2 - Data / Tratamento Realizado:

Cl. Fixação Externa. Em 12/12/2018

12/12/2018 e 20/12/2018

Recebeu tratamento com uso de Analgésicos e Antibióticos. Verou, tem evolução satisfatória, onde recebeu Alta Médica Pl/Plac. Acionado no Ambulatório de Retorno a Casa 01910 SB2-2

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

12/12/2018

RX de Perna e Antebraço III/IV Tíbia Únise

05072019.

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

12/12/2018 1º Atendimento Hospitalar em Urgência

2º A

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

→ Paciente tem sequelas permanentes de Encefalopatia do MIE

→ Paciente tem sequelas de deformidade angular da perna direita

→ Paciente tem perda parcial da flexão dorsal do pé direito

→ Paciente tem perda de força com marcha claudicante

→ Paciente tem sequelas permanentes de Encefalopatia e

6 - Alta definitiva do tratamento:

7 - Data do Exame do Paciente

8 - Segue Exame Anexo

05/07/2019. Deformidade angular +
05/07/2019. Perda parcial de força +
Deformidade angular do MIE

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368	
Endereço	Número	Cidade	Estado	
Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	598	Aracaju	Sergipe	

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

05/07/2019.

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Data

Assinatura e Carimbo

2

Consultório de Ortopedia e Traumatologia Dr. Renato Teixeira.

Rua Itaporanga, 598 - CEP: 49055-330, Aracaju - SE, Telefones: (079) 3211-5368 / 9817-5139 / 8848-2270

SINISTRO 3190433672 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE ELVIS DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FREITAS

CORRETORA E SEGUROS EIRELI

BENEFICIÁRIO JOSE ELVIS DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 05931879544

Posição em 04-09-2019 14:18:44

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/07/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190433672

Vítima: JOSE ELVIS DOS SANTOS

Data do Acidente: 11/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE ELVIS DOS SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros

inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **JOSE ELVIS DOS SANTOS**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **104**

Agência: **2917**

Conta: **0000017453-2**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202070000047

DATA:

10/01/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

CONCLUSO.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202070000047

DATA:

13/01/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Defiro o benefício da Justiça Gratuita. Considerando o teor do art. 334, §4º do NCPC, o qual prevê que a audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, designo audiência de conciliação para o dia 03/03/2020, às 10:41 horas, no Fórum local, o que faço com supedâneo no art. 139, inciso V, do Novo Código de Processo Civil, devendo o requerido, em caso de desinteresse, apresentar uma petição com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, conforme o Art. 334§ 5º. Citem-se os requeridos para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa à pretensão deduzida na inicial, devendo ser advertido que o prazo para resposta terá início na audiência acima aprazada, caso não seja obtida a conciliação entre os litigantes ou alguma das partes não compareça. Ficam as partes advertidas de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, cuja importância será revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, CPC).

 Designo o dia 03/03/2020 às 10h:41min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Itabaianinha**

Nº Processo 202070000047 - Número Único: 0000045-28.2020.8.25.0035

Autor: JOSE ELVIS DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

Considerando o teor do art. 334, §4º do NCPC, o qual prevê que a audiência **não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, designo audiência de conciliação para o dia 03/03/2020, às 10:41 horas, no Fórum local**, o que faço com supedâneo no art. 139, inciso V, do Novo Código de Processo Civil, **devendo o requerido, em caso de desinteresse, apresentar uma petição com 10 (dez) dias de antecedência**, contados da data da audiência, conforme o Art. 334§ 5º.

Citem-se os requeridos para, **no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa à pretensão deduzida na inicial**, devendo ser advertido que o prazo para resposta terá início na audiência acima aprazada, caso não seja obtida a conciliação entre os litigantes ou **alguma das partes não compareça**.

Ficam as partes advertidas de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até

2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, cuja importância será revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, CPC).



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO ALCANTARA DE OLIVEIRA ARAUJO, Juiz(a) de Itabaianinha**, em **13/01/2020**, às **18:23:00**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000055408-65**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202070000047

DATA:

14/01/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi mandado de citação para parte requerida.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202070000047

DATA:

14/01/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202070000190 do tipo (NCPC) - Citação Procedimento ordinário Prazo 15 dias
[TM4079,MD126]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Itabaianinha
Rua Francisco Severo, Nº 228
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal(Justiça Gratuita)



202070000190

PROCESSO: 202070000047 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000045-28.2020.8.25.0035
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: JOSE ELVIS DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A) e INTIMADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC); e 3) Comparecer à audiência de conciliação ou de mediação designada para o dia 03/03/2020 às 10:41:00 h, conforme art. 334 do CPC.

Advertência: O não comparecimento injustificado é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e serpa sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No caso de revelia, será nomeado curador especial (art. 257. IV do CPC).

Despacho: DESPACHO Defiro o benefício da Justiça Gratuita. Considerando o teor do art. 334, §4º do NCPC, o qual prevê que a audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, designo audiência de conciliação para o dia 03/03/2020, às 10:41 horas, no Fórum local, o que faço com supedâneo no art. 139, inciso V, do Novo Código de Processo Civil, devendo o requerido, em caso de desinteresse, apresentar uma petição com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, conforme o Art. 334§ 5º. Citem-se os requeridos para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer defesa à pretensão deduzida na inicial, devendo ser advertido que o prazo para resposta terá início na audiência acima aprazada, caso não seja obtida a conciliação entre os litigantes ou alguma das partes não compareça. Ficam as partes advertidas de que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, cuja importância será revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, CPC).

Designo o dia 03/03/2020 às 10h:41min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4079, MD126]



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha**, em 14/01/2020, às 13:29:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000064723-07**.